

IMAZON - Instituto
do Homem e Meio
Ambiente da
Amazônia

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2016 e 2015**



Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

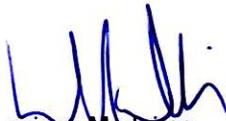
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belém, 2 de junho de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciano Medeiros
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1.476, salas 1.505 e 1.506

Ed. Evolution - Bairro Umarizal

66055-200 - Belém/PA - Brasil

Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil

Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores do

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	62	200	Fornecedores		52	89
Recursos vinculados a projetos	5	7.079	6.078	Obrigações sociais e trabalhistas	9	367	828
Adiantamentos	6	433	188	Obrigações tributárias		62	81
Créditos de contratos e termos de cooperação		2	90	Adiantamentos recebidos	10	146	101
Total do ativo circulante		7.576	6.556	Obrigações com recursos de projetos	11	6.350	4.687
Ativo não circulante				Total do passivo circulante		6.977	5.786
Imobilizado	7	700	786	Passivo não circulante			
Intangível	8	36	110	Obrigações com recursos de projetos	7	388	456
Total do ativo não circulante		736	896	Empréstimos com administradores	13	-	130
				Total do passivo não circulante		388	586
				Patrimônio líquido	14	947	1.080
				Patrimônio social		947	1.080
				Total do patrimônio líquido		947	1.080
Total do ativo		8.312	7.452	Total do passivo e do patrimônio líquido		8.312	7.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas líquidas			
Receitas sem restrição	15	1.833	2.716
Receitas com restrição	15	<u>11.533</u>	<u>12.569</u>
Total de receitas líquidas		<u>13.366</u>	<u>15.285</u>
Custos			
Custos sem restrição	16	(1.373)	(1.795)
Custos com restrição	11	<u>(11.533)</u>	<u>(12.569)</u>
Total de custos		<u>(12.906)</u>	<u>(14.364)</u>
Superávit bruto		<u>460</u>	<u>921</u>
Despesas administrativas	18	<u>(607)</u>	<u>(745)</u>
(Déficit) superávit antes do resultado financeiro líquido		<u>(147)</u>	<u>176</u>
Receitas financeiras	19	25	31
Despesas financeiras	19	<u>(11)</u>	<u>(97)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>14</u>	<u>(66)</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u>(133)</u>	<u>110</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
(Déficit) superávit do exercício	(133)	110
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(133)</u>	<u>110</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	<u>970</u>	<u>-</u>	<u>970</u>
Superávit do exercício	-	110	110
Incorporação do superávit do exercício	<u>110</u>	<u>(110)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.080	-	1.080
Déficit do exercício	-	(133)	(133)
Incorporação do déficit do exercício	<u>(133)</u>	<u>133</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>947</u>	<u>-</u>	<u>947</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	(133)	110
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	135	138
Custo residual do ativo imobilizado alienado	-	116
	<u>2</u>	<u>364</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em recursos vinculados a projetos	(1.001)	(3.641)
(Aumento) redução em adiantamentos pagos	(245)	140
Redução (aumento) em créditos de contratos e termos de cooperação	88	(89)
(Aumento) em despesas antecipadas	-	24
(Redução) em fornecedores	(37)	(29)
(Redução) aumento em obrigações sociais e trabalhistas	(461)	117
(Redução) aumento em obrigações tributárias	(19)	53
Aumento em adiantamentos recebidos	45	-
Aumento em obrigações com recursos de projetos	<u>1.663</u>	<u>2.633</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	<u>35</u>	<u>(428)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(43)	(35)
Aquisição de intangível	-	(15)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(43)</u>	<u>(50)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos com administradores	<u>(130)</u>	<u>130</u>
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>(130)</u>	<u>130</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(138)	(348)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>200</u>	<u>548</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>62</u></u>	<u><u>200</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (“Instituto”) é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990, cuja sede está localizada na Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1698, 11º andar, bairro Umarizal, Belém - PA. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público -OSCIP, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o intuito de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: (i) captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo, e (ii) formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Os recursos financeiros que o Instituto recebe suportam financeiramente tanto os programas quanto o planejamento estratégico estabelecido pela Administração. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2016 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma: (i) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social, e (ii) governabilidade dos programas através de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

2 Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de maio de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todos os saldos em milhares de Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional do Instituto na taxa correspondente à data da transação. Ganhos ou perdas com a conversão de moedas estrangeiras sobre itens monetários são a diferença entre o valor de custo amortizado na moeda funcional no início do período reportado, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira convertido pela taxa correspondente ao final do período reportado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto classifica seus ativos e passivos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e adiantamentos.

Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, adiantamentos recebidos, e obrigações com recursos de projetos.

(iii) *Ativos e passivos financeiros derivativos*

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora é registrada em contrapartida a uma conta redutora da conta “Obrigações com recursos de projetos”.

Ao final do projeto, o saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação de bens sem restrição é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de bens destinados exclusivamente para a execução de projetos é registrada contra a conta redutora de imobilizado, constituída quando do registro do imobilizado com restrição, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias e instalações	2,5%
Veículos	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de computação	20% a 50%
Móveis e utensílios	20%

d. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada em 5 anos. Também estão classificadas no intangível as marcas e patentes, que têm vida útil indefinida.

Os bens com restrição de uso são registrados no momento de sua aquisição e, nesse mesmo momento, uma conta redutora é registrada em contrapartida a uma conta redutora da conta de passivo “Obrigações com recursos de projetos”.

Ao final do projeto, o saldo do intangível com restrição de uso é transferido para a conta de intangível do Instituto e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida a receitas de doação, visto que o bem é historicamente doado ao Instituto.

Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do intangível, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(iv) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido para o Instituto sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

(v) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por impairment é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação contratual ou construtiva como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões trabalhistas decorrem da obrigação legal de registrar os direitos dos empregados. Para a provisão de férias, a Entidade calcula 1/12 avos acrescido de 1/3 terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos, quando, então, tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário, o Instituto calcula 1/12 avos do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro, quando é efetuado o desembolso. Todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

g. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O Instituto não concede benefícios de longo prazo a empregados e administradores.

h. Recursos de projetos

As obrigações com recursos de projetos são registradas na rubrica “Obrigações com recursos de projetos” quando do recebimento dos recursos dos financiadores em contrapartida da rubrica “Recursos vinculados a projetos” e baixadas quando da ocorrência e pagamento dos gastos referentes aos respectivos projetos, estes registrados considerando o regime de competência.

i. Reconhecimento de receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de gastos a realizar em obrigações com recursos de projetos no passivo circulante (nota 6.h).

Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos com os projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de gastos a realizar em obrigações com recursos de projetos no passivo circulante.

Prestação de serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

Taxa de administração: A receita de taxa de administração é reconhecida no resultado com base nas despesas de administração incorridas, no limite estabelecido pelos contratos dos projetos.

Doações e subvenções recebidas: As subvenções são reconhecidas no resultado como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que exista razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas. O reconhecimento das receitas de doação e subvenção governamental no momento de seu recebimento, portanto, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação ao longo dos períodos beneficiados.

j. Tributação

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, por isso, está isento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

O Instituto goza, ainda, de isenção de PIS sobre receitas próprias.

k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impactos relevantes nos montantes divulgados no exercício atual ou no anterior.

Novas normas revisadas e já emitidas, mas não efetivas, não foram adotadas de forma antecipada pelo Instituto.

- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 16** - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Instituto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu os pronunciamento contábeis CPC 47 (Receita de contrato de cliente) e CPC 48 (Instrumentos financeiros) ao final de 2016 e ainda não emitiu o pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a IFRS 16. Portanto, a adoção antecipada dessa IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração do Instituto está procedendo a análise sobre os impactos dessas novas normas ou modificações em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Bancos conta movimento	-	181
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	62	19
	62	200

(a) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa do Instituto.

5 Recursos vinculados a projetos

	2016	2015
Bancos conta movimento	2.322	2.656
Aplicações financeiras	4.756	3.422
	7.079	6.078

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais.

Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas equivalentes a 90% a 100% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em 2016 e em 2015.

	2016	2015
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	4.753	3.285
Poupança	3	137
	4.756	3.422

Os rendimentos financeiros oriundos das aplicações de recursos vinculados a projetos são contabilizados no passivo, juntamente com as entradas de recursos dos projetos. Já os rendimentos provenientes de recursos do Instituto são contabilizados no resultado, como receitas financeiras.

6 Adiantamentos

Referem-se a adiantamentos a funcionários, fornecedores e parceiros, compostos da seguinte forma:

	2016	2015
Adiantamentos a funcionários	32	8
Adiantamentos a fornecedores	36	70
Empréstimos a funcionários	2	1
Reembolsos de outras entidades	80	75
Encargos antecipados	51	15
Adiantamentos de viagens	44	19
Adiantamentos a parceiros	188	-
	433	188

7 Imobilizado

a. Imobilizado sem restrição

	Saldo 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2016
Custo							
Benfeitorias e instalações	146	-	-	146	-	-	146
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	131	-	(21)	110	-	-	110
Equipamentos de comunicação	107	3	-	110	3	-	113
Equipamentos de computação	907	-	(120)	787	40	-	827
Móveis e utensílios	277	-	(45)	232	-	(1)	231
Total do custo	1.568	3	(186)	1.385	43	(1)	1.427
Depreciação							
Benfeitorias e instalações	(2)	(4)	-	(6)	(4)	-	(10)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(81)	(11)	17	(75)	(9)	-	(84)
Equipamentos de comunicação	(51)	(11)	-	(62)	(10)	-	(72)
Equipamentos de computação	(850)	(23)	117	(756)	(13)	-	(769)
Móveis e utensílios	(157)	(36)	37	(156)	(25)	1	(180)
Total depreciação	(1.141)	(85)	171	(1.055)	(61)	1	(1.115)
Imobilizado líquido Sem restrição	427	(82)	(15)	330	(18)	-	312

b. Imobilizado com restrição

	Saldo 01/01/2015	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2016
Custo							
Benfeitorias e instalações	186	-	(82)	104	-	-	104
Veículos	118	-	-	118	-	-	118
Máquinas e equipamentos	93	1	(16)	78	-	(7)	71
Equipamentos de comunicação	49	7	(17)	39	-	-	39
Equipamentos de computação	675	24	(47)	652	68	-	720
Móveis e utensílios	81	-	(4)	77	1	-	78
Total do custo	1.202	32	(166)	1.068	69	(7)	1.130
Depreciação							
Benfeitorias e instalações	(8)	7	(4)	(4)	(3)	-	(7)
Veículos	(38)	-	(50)	(50)	(12)	-	(62)
Máquinas e equipamentos	(27)	7	(29)	(29)	(8)	3	(34)
Equipamentos de comunicação	(14)	6	(12)	(12)	(4)	-	(16)
Equipamentos de computação	(382)	(113)	42	(453)	(93)	-	(546)
Móveis e utensílios	(53)	(15)	4	(64)	(13)	-	(77)
Total depreciação	(522)	(156)	66	(612)	(133)	3	(742)
Imobilizado líquido Com restrição	680	(124)	(100)	456	(64)	(4)	388
Imobilizado líquido total	680	(124)	(100)	456	(64)	(4)	388

Os bens com restrição de uso são registrados nas contas dos respectivos projetos. A contrapartida desses bens é demonstrada no passivo não circulante, na conta Obrigações com recursos de projetos.

O Instituto possui o controle dos bens até a finalização de cada projeto, quando o saldo residual do bem, mantido em conta redutora do passivo, é registrado como receita de doação.

A prestação de contas do Instituto com seus financiadores, normalmente, requer que seja comprovada a aquisição e a utilização efetiva dos bens previstos em cada projeto que recebe uma dotação específica.

8 Intangível

	Saldos em 01/01/2015	Adições	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/12/2016
Custo					
Softwares	2.684	13	2.697	-	2.697
Patentes e marcas registradas	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
	2.685	13	2.698	-	2.698
Amortização acumulada					
Amortização	<u>(1.983)</u>	<u>(318)</u>	<u>(2.299)</u>	<u>(243)</u>	<u>(2.542)</u>
Total amortização	(1.983)	(318)	(2.299)	(243)	(2.542)
Intangível sem restrição, líquido	<u>702</u>	<u>(303)</u>	<u>399</u>	<u>(243)</u>	<u>156</u>
Intangível com restrição, líquido	<u>(483)</u>	<u>194</u>	<u>(289)</u>	<u>169</u>	<u>(120)</u>
Intangível total, líquido	<u>219</u>	<u>(109)</u>	<u>110</u>	<u>(74)</u>	<u>36</u>

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015
Provisão para férias e encargos sociais	367	728
Outros encargos e provisões	<u>-</u>	<u>100</u>
	<u>367</u>	<u>828</u>

10 Adiantamentos recebidos

	2016	2015
Fundação Vale	98	98
Golf e Ebata	3	3
Terras	<u>45</u>	<u>-</u>
	<u>146</u>	<u>101</u>

11 Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante.

Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica como redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores

	2016	2015
Saldo inicial	4.687	2.054
Recebimentos com restrição	12.979	15.362
(-) Devoluções de recursos	-	(158)
	17.666	17.258
Salários, encargos e benefícios dos projetos	(4.759)	(7.369)
Consultorias e serviços	(4.711)	(2.940)
Imobilizado	(85)	(53)
Despesas com viagem	(73)	(950)
Publicação, disseminação e eventos	(1.092)	(114)
Despesas com aluguel	(181)	(418)
Utilidades e serviços	(99)	(111)
Impostos e taxas	(110)	(30)
Despesas com comunicação	(198)	(322)
Despesas com materiais	(60)	(44)
Receitas financeiras - Rendimentos aplicação	650	33
Receitas financeiras - Descontos obtidos	-	1
Despesas financeiras	(81)	(99)
Despesas com seguros	(22)	(29)
Despesas com manutenção	(33)	(13)
Reembolsos de refeições	7	6
Outras despesas operacionais	(217)	(117)
Repasse a subcontratos	(469)	-
Total de gastos com projetos	(11.533)	(12.569)
Saldo final	6.350	4.687

12 Contingências

O Instituto está sujeito a contingências perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

O Instituto não possuía, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, ações de natureza, trabalhista, cível ou fiscal, envolvendo riscos de perda classificados com probabilidade de perda possível ou provável, com base na avaliação de seus consultores jurídicos e, por isso, não há provisão constituída, bem como não há necessidade de divulgação.

13 Partes relacionadas

O Instituto define como partes relacionadas o pessoal chave da Administração, cujas transações estão resumidas conforme a seguir:

Transações com partes relacionadas	2016	2015
Empréstimos com pessoal-chave (i)	-	130

- (i) Refere-se a empréstimos obtidos junto a administradores, os quais não preveem incidência de juros ou encargos financeiros, que foram liquidados em 2016.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

	2016	2015
Total de remuneração do pessoal-chave da Administração	676	723

14 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é alterado com base na incorporação de superávits ou déficits de cada exercício. Os superávits são incorporados ao patrimônio social por determinação estatutária.

Em caso de dissolução do Instituto, o patrimônio social residual deverá ser integralmente revertido às entidades não governamentais sem fins lucrativos, que tenham obtido a qualificação de OSCIP, nos termos da lei 9.079/99, e cujos objetivos sejam congêneres, cabendo sua indicação à Assembleia Geral, na mesma reunião que decidir pela extinção da Entidade.

15 Receitas líquidas

	2016	2015
Receitas com restrições (i)	11.533	12.569
Taxas de administração de projetos e programas (ii)	745	1.422
Receitas diversas	15	88
Receitas com prestação de serviços	1.167	1.311
Deduções		
COFINS/ISS	(94)	(105)
Receita líquida	13.366	15.285

(i) Receitas com restrições, por financiador

	2016	2015
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	3.047	-
NORAD	744	-
NORAD EDF	182	-
Mineração Paragominas S/A	170	-
Secretaria de Meio Ambiente Paragominas	130	-
Mercy Corps (b)	555	2.797
Gordon and Betty Moore Foundation (a)	2.902	2.361
Good Energies Foundation (c)	269	1.149
Skoll Foundation	-	1.000
Climate Works Monitoramento (d)	939	742
WRI - World Resources Institute's (f)	582	818
José Roberto Marinho (e)	1.414	528
Doador Anônimo	520	394
Fundación Avina	-	207
Outros	79	2.573
Total receitas com restrições	11.533	12.569

(ii) As taxas de administração possuem as seguintes características:

- **Taxas não previstas** - Nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na rubrica de "Outros custos diretos e indiretos";

- **Taxas previstas** - Custo administrativo cobrado somente através da taxa de “Overhead”.

Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias, em aproximadamente 10%, normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, dessa forma, podem ocorrer situações em que um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

- (a) **Fundação Gordon e Betty Moore**
Foram desenvolvidas várias ações: 1 - Apoio à implementação do plano de área protegida de acordo com as metas de órgãos estaduais e federais destas áreas; 2 - Conservar 14,1 milhões de hectares do Mosaico da Calha Norte, apoiando o desenvolvimento de mecanismos de finanças sustentáveis e um programa de monitoramento territorial; 3 - Aumentar a eficácia dos compromissos de desmatamento zero de carne e grãos na Amazônia, aumentando a transparência na sua aplicação, tornando o conhecimento amplamente disponível na forma de plataformas de dados on-line, publicações de lições aprendidas, e mostrando a liderança do estado do Pará, na implementação dos compromissos de carne e grãos; 4 - apoio à preparação, distribuição e publicação de análise georeferenciada interdisciplinar para auxiliar a tomada de decisões do governo e uso da sociedade civil nos nove países amazônicos, e apoiar a consolidação dos territórios indígenas e áreas protegidas no corredor Xingu, Brasil. 5 - desenvolver e operacionalizar um Portal integrado baseado na web para Áreas Protegidas da Amazônia Brasileira, que será usado para acessar ameaças e oportunidades e orientar as ações apropriadas pelas Agências federais e estaduais.
- (b) **Mercy Corps**
Redução do desmatamento na Amazônia Brasileira Oriental, através de Gestão Ambiental e Controle a Nível Municipal.
- (c) **Good Energies Foundation**
1 - Estratégia de Desmatamento Zero e consolidação de áreas protegidas no Estado do Pará, Amazônia Brasileira; 2- Restauração florestal no Pará Oriental.
- (d) **Climate and Land Use Alliance**
Reduzir o desmatamento ilegal associado com a especulação de terra no Estado do Pará, Brasil; 2 - Desenvolver uma estratégia para implementação do compromisso Desmatamento Líquido Zero do Estado do Pará a partir de 2020.
- (e) **José Roberto Marinho**
1- Apoio à criação do Centro de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia - Fase de Pré Investimento; 2 - Apoio à criação do Centro de Gastronomia e Biodiversidade da Amazônia - 2ª Fase; 3 - Pará Social; 4 - Pará 2030.
- (f) **WRI - World Resources Institute's**
Inspirar, apoiar e mobilizar a restauração florestal e da paisagem.

16 Custos sem restrição

	Nota	2016	2015
Salários e encargos sociais	17	(343)	(944)
Serviços prestados por terceiros		(1.394)	(851)
		(1.373)	(1.795)

16 Custos sem restrição

	Nota	2016	2015
Salários e encargos sociais	17	(343)	(944)
Serviços prestados por terceiros		<u>(1.394)</u>	<u>(851)</u>
		<u>(1.373)</u>	<u>(1.795)</u>

17 Salários e encargos sociais

	2016	2015
Salários	(124)	(377)
INSS	(44)	(129)
Vale alimentação	(62)	(104)
Assistência médica	(20)	(49)
Férias	(15)	(55)
Gratificações	(24)	(44)
FGTS	(13)	(43)
13º salário	(9)	(31)
Seguro de vida	(14)	(9)
Remuneração de estágio	(12)	(5)
PIS	(2)	(6)
Aviso prévio / indenizações	-	(3)
Multa rescisória	-	(89)
Exames e medicamentos	(4)	-
	<u>(343)</u>	<u>(944)</u>

18 Despesas administrativas

	2016	2015
Viagens	(5)	(1)
Eventos	(15)	(1)
Manutenção	(12)	(8)
Aluguel	(72)	(182)
Utilidades e serviços	(40)	(62)
Refeitório	(6)	6
Impostos e taxas	(58)	(18)
Depreciação e amortização	(135)	(192)
Seguros	(20)	(29)
Comunicação	(66)	(55)
Materiais	(10)	(8)
Despesas com consultoria e serviços	(168)	(164)
Outras despesas administrativas	-	(31)
	<u>(607)</u>	<u>(745)</u>

19 Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Juros sobre aplicações financeiras	25	31
Total das receitas financeiras	25	31
Juros e despesas bancárias	(11)	(85)
IRRF sobre juros com aplicações financeiras	-	(1)
IOF	-	(1)
Variação cambial	-	(10)
Total das despesas financeiras	(11)	(97)
Resultado financeiro líquido	14	(66)

20 Instrumentos financeiros

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

As atividades do Instituto o expõe aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Instituto, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Valores a receber
- Caixa e bancos
- Aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros
- Fornecedores e outras obrigações

Risco de crédito

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de Investimentos financeiros.

O Instituto aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil ou Bradesco. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros, pelos valores contábeis.

	2016	2015
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	62	200
Valores a receber e outros créditos	435	278
Total de ativos financeiros	497	478

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2016, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado a seguir (valores contábeis):

	2016	2015
Passivos financeiros		
Obrigações sociais, trabalhistas e fiscais	367	909
Fornecedores	52	89
Adiantamentos recebidos	146	101
Obrigações com recursos de projetos	6.350	4.687
Total de passivos financeiros	6.915	5.786

Em 31 de dezembro de 2016, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Bradesco. Conforme comentado na nota explicativa nº 4, as aplicações por meio dos fundos de investimento são efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados ao CDI, poupança e CDB com resgate de curto prazo quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

* * *

Administração da Entidade



Verônica Oki Igacihalaguti
Diretora Administrativa



Andréia Cristina Brito Pinto
Diretora Executiva



Gian Carlo Cruz Toppino
Contador CRC/PA 011577/O-0